



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1009784-47.2014.8.26.0566**
Classe - Assunto **Mandado de Segurança - Multas e demais Sanções**
Impetrante: **Lucas Vicente da Silva**
Impetrado: **DIRETORA DA 26ª CIRETRAN DE SÃO CARLOS/SP e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de Mandado de Segurança impetrado por LUCAS VICENTE DA SILVA contra ato da DIRETORA DA 26ª CIRETRAN DE SÃO CARLOS, sob o fundamento de que lhe feriu direito líquido e certo ao lhe imputar pontuação decorrente de infração cometida por terceiro, já que o veículo foi alienado a Edmilson Buchivieser em 12/08/2013 e as infrações foram praticadas em 03/05/2014.

O DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO requereu o seu ingresso na lide, na qualidade de assistente litisconsorcial (fls. 36), o que foi deferido a fls. 37.

O Ministério Público manifestou-se a fls. 43, pela sua não intervenção no feito, em razão da inexistência de interesse público.

A autoridade apontada como coatora deixou de prestar informações (certidão fls. 45).

É o relatório.

Passo a fundamentar e decidir.

O pedido merece acolhimento.

Observa-se dos documentos juntados que o impetrante, em 12/08/2013, efetuou a venda do veículo JTA/SUZUKI EN 125 YES, Placa DTG-61, ano fabricação/modelo



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

206/207, para Edmilson Buchivieser, conforme documento de transferência do veículo, devidamente registrado em cartório, acostado às fls. 12.

Por outro lado, os autos de infração questionados (Autos de infração nºs 3-B-639.216.6, 3B-639.216.7 e 3-B-639.216.8) dizem respeito a infrações cometidas em 19/05/2014 (fls. 14/16), portanto em data posterior à venda do referido bem.

Não se sabe se o impetrante adotou todas as cautelas necessárias após a referida venda, no sentido de comunicar a alienação ao Detran, no prazo de 30 dias, conforme prevê o art. 134 do CTB:

"No caso de transferência de propriedade, o proprietário antigo deverá encaminhar ao órgão executivo de trânsito do Estado dentro de um prazo de trinta dias, cópia autenticada do comprovante de transferência de propriedade, devidamente assinado e datado, sob pena de ter que se responsabilizar solidariamente pelas penalidades impostas e suas reincidências até a data da comunicação".

Contudo, o Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento de que o artigo 134 do CTB, uma vez estando suficientemente comprovada a transferência do veículo, não se aplica às infrações de trânsito ocorridas quando o bem já estava na propriedade do novo comprador, conforme se vê do julgado abaixo:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. ALIENAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR. MULTAS. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DO ALIENANTE. INTERPRETAÇÃO DO ART. 134 DO CTB. RELATIVIZAÇÃO. PRECEDENTES.

1. Há nos autos prova de que a ora agravada transferiu a propriedade do veículo antes da ocorrência dos fatos geradores das obrigações, ou seja, as infrações de trânsito ocorreram quando o veículo já estava em propriedade do novo comprador.

2. O art. 134 do Código de Trânsito Brasileiro dispõe que, no caso de transferência de propriedade de veículo, deve o antigo proprietário encaminhar ao órgão de trânsito, dentro do prazo legal, o comprovante de transferência de propriedade, sob pena de se responsabilizar solidariamente pelas penalidades impostas.

3. Ocorre que tal regra sofre mitigação quando ficar comprovado nos autos que as infrações foram cometidas após aquisição do veículo por terceiro, mesmo que não ocorra a transferência, nos termos do art. 134 do CTB, afastando a responsabilidade do antigo



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

proprietário. Precedentes. Súmula 83/STJ.

Ante o exposto, **CONCEDO** a segurança, confirmando a liminar para, determinar a exclusão do prontuário do impetrante dos pontos originados dos Autos de infração nºs 3-B-639.216.6, 3B-639.216.7 e 3-B-639.216.8 , datados de 19/05/2014.

Sem custas e honorários.

Oficie-se à autoridade coatora, dando ciência desta sentença.

P R I

São Carlos, 24 de fevereiro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**